



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

A 24 de fevereiro de 2016, o Grupo Parlamentar do CDS-PP questionou o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre a construção da “Via dos Duques”.

Na altura, os Deputados do CDS-PP questionaram o Senhor Ministro sobre qual a proposta do atual Governo para o projeto da “Via dos Duques” e, tendo em conta que já havia uma solução concreta apresentada pelo anterior executivo, porque é que o Governo PS decidiu que tudo deveria voltar à “estaca zero”?

Na resposta, com data de 1 de abril de 2016, o Gabinete do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas afirma:

[...] “Atualmente a definição aprofundada ao nível da viabilidade desta Via segundo diversas vertentes técnicas e de corredores alternativos de traçado, está já em elaboração.”

Em paralelo, a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) tem estado a recolher as posições dos vários municípios e entidades interessados, para integrar no Estudo Prévio da Via dos Duques/IP3, ao qual se seguirá o processo de avaliação de impacto ambiental.

O processo de definição dos corredores, no âmbito do estudo prévio, vai envolver uma análise participada, tendo a IP convidado as entidades interessadas a apresentar propostas, definir pontos de atratividade e manifestar as suas preocupações”.

Ora, também a 24 de fevereiro de 2016, o Grupo Parlamentar do CDS-PP questionou as autarquias dos distritos de Coimbra e Viseu, também sobre a construção da “Via dos Duques”, com o intuito de saber se o atual Governo havia apresentado aquelas autarquias alguma solução concreta para a referida Via, e qual, e, também, quais os motivos apresentados pelo Executivo socialista para que tudo voltasse à “estaca zero”.

Todas as respostas recebidas pelo GP CDS-PP, por parte das autarquias dos distritos de Coimbra e Viseu, são negativas a ambas as questões – nem havia sido apresentado a nenhuma das autarquias qualquer proposta concreta para a “Via dos Duques”, nem qualquer explicação para o retorno à “estaca zero”.

No caso da Câmara Municipal de Tondela (resposta de 10 de março de 2016), acrescenta-se que *“o Sr. Presidente da Câmara solicitou audiência ao Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas, para conhecer o plano e as suas propostas”*.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire (resposta de 4 de março de 2016) refere estar na estaca zero desde o *“Governo do Eng. António Guterres”*.

A 1 de março de 2016, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal acrescenta às respostas negativas que, *“todavia, no dia 15 de fevereiro de 2016, no Conselho Regional da CCDRC, realizado em Castelo Branco, foi dada a informação pelo membro do Governo de que o projeto anterior não iria avançar e estava a ser estudada uma alternativa, cujo estudo ficaria pronto em janeiro/fevereiro de 2017, estando prevista a realização do impacto ambiental no decurso desse mesmo ano”*.

E, finalmente, com data de 8 de março de 2016, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, à margem das respostas negativas às questões colocadas pelo CDS-PP, salienta que *“tal construção [da “Via dos Duques”] se reveste de primordial importância para o desenvolvimento de toda a região”*.

Ano e meio mais tarde, a 3 de agosto de 2017, o CDS-PP voltou a questionar o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, sobre o estado de degradação em que se encontra o IP3, para quando estaria previsto o arranque das obras de manutenção e conservação supostamente a ser realizadas ao longo de 2017, e se o Governo considerava estas obras prioritárias ou não, se a realização das obras estaria a ser prejudicada pelos 361 milhões de euros em cativações impostas à IP, e, finalmente, em que ponto estavam os estudos técnicos e o processo de auscultação dos vários municípios entidades interessados na construção da “Via dos Duques”/IP3.

Na resposta, datada de 21 de novembro de 2017, o Gabinete do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas afirma:

“Durante o ano de 2017 e até à presente data, foram efetuados trabalhos de manutenção no IP3 nos distritos de Viseu e Coimbra, nomeadamente fresagens pontuais de pavimentos, tapagem de covas, ceifas e limpezas de Nós, separadores e órgãos de drenagem, vedações, intervenções em taludes e em Obras de Arte, colocação e reparação de sinalização horizontal, entre outros.

Estas intervenções representaram um investimento aproximado de € 391.000.

Até ao final deste ano, prevê-se que se continuem a realizar trabalhos de manutenção nos mesmos distritos.

Relativamente ao estudo prévio em curso da A13, a Infraestruturas de Portugal tem promovido reuniões com as diversas entidades envolvidas, para apresentação dos corredores que integram

o estudo, os quais assentam em dois grandes eixos alternativos, um a norte e outro a sul do Mondego.

O principal objetivo da nova ligação consiste em reduzir os níveis de sinistralidade do atual IP3, reduzir a distância e o tempo de percurso face à situação atual. Desta forma, o aumento de tráfego nesta infraestrutura será potenciado e as condições de conforto disponibilizadas aos utentes do IP3 serão melhoradas.

Finalmente, no âmbito do processo de Avaliação de Impacte Ambiental que se seguirá, haverá uma nova oportunidade para que todas as partes interessadas neste projeto voltem a expressar as suas opiniões sobre as alternativas que estiverem em causa.

Prevê-se que a conclusão do Estudo Prévio da A13 durante o ano de 2018”.

Estas afirmações foram reiteradas pelo Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, e amplamente reproduzidas pela comunicação social, em várias ocasiões, nos últimos meses de 2017.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Que passos foram dados no sentido da concretização da “Via dos Duques”?

2- Face à importância do envolvimento das autarquias no processo, e dadas as várias contradições entre o que foi dito pelo Gabinete de V. Exa. e pelos autarcas quando questionados pelo CDS-PP, em que datas e com que resultados foram efetuadas reuniões com cada uma das Câmaras Municipais dos distritos de Coimbra e Viseu abrangidas pelo traçado do atual IP3, futura “Via dos Duques”?

3- A intervenção agora equacionada pelo Governo vai atrasar, ou colocar em causa, a concretização da “Via dos Duques”?

4- As sucessivas referências à A13 por membros do atual Governo, dão a entender que só existirá traçado de Autoestrada até Mortágua. Confirma V. Exa. que assim é? Se sim, qual a solução para o restante itinerário?

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2018

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

FILIFE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)